

VANTAGENS E LIMITAÇÕES NA IMPLANTAÇÃO DE PRÁTICAS AMBIENTAIS EM EMPRESAS TURÍSTICAS RURAIS

MAIARA MORAES COSTA¹; VANESSA FARIA DE OLVEIRA²; TATIANA PORTO DE SOUZA³; LICIANE OLIVEIRA DA ROSA⁴; ÉRICO KUNDE CORRÊA⁵; LUCIARA BILHALVA CORRÊA⁶

¹*Universidade Federal de Pelotas – maiaramoraes_ @hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – vanessafdo0712@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – tatiporto_pel@hotmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – licianeoliveira2008@hotmail.com*

⁵*Universidade Federal de Pelotas – ericokundecorrea@yahoo.com.br*

⁶*Universidade Federal de Pelotas – luciarabc@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, o turismo rural surgiu como alternativa de renda para o produtor que encontrava dificuldades no setor agropecuário. Dessa forma, o turismo rural é considerado uma atividade econômica, pois serve de fonte de renda para o proprietário que desenvolve o empreendimento. O turista, que escolhe o meio rural como destino, busca uma paisagem que mostre que ele está fora de seu ambiente de rotina, a fim de ter um contato direto com a natureza e com o meio rural. O turismo rural também possibilita a valorização de patrimônio e produtos locais, visto que, atualmente, existe uma busca das pessoas pelo natural, pelo particular e orgânico (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

Devido à deterioração de ambientes urbanos, poluição sonora, poluição atmosférica, poluição visual e também impactos psicológicos, muitos turistas têm optado pela busca do verde e fuga dos centros urbanos, procurando um equilíbrio com os ambientes naturais. Assim sendo, percebe-se a necessidade de um planejamento turístico a fim de que sejam evitados danos sobre os ambientes visitados pelos turistas. Dessa forma, a atratividade do local deve ser mantida, evitando os efeitos negativos do homem sobre o ambiente e mantendo o desenvolvimento turístico em harmonia com os recursos da região, que são as bases que fazem o turismo existir (RUSCHMANN, 2012).

Quando ocorre a atividade turística, o meio ambiente sofre impactos e é, inevitavelmente, modificado. Não é possível que exista o desenvolvimento do turismo sem acontecerem alterações no ambiente. Porém, com um planejamento adequado, é possível o desenvolvimento do turismo com a finalidade de diminuir os impactos negativos gerados e simultaneamente estimular os impactos positivos. Os impactos positivos da atividade turística são, por exemplo, a restauração e preservação de monumentos antigos. Tanto a preservação quanto a conservação são consideradas de grande valor para os turistas. Já um impacto negativo pela a atividade turística é, por exemplo, a destruição da vegetação por caminhadas (COOPER et al., 2007).

Nesse sentido, a educação ambiental pode atuar por meio da sensibilização, na qual promove um pensamento responsável, que objetiva a consciência ambiental, possibilitando o desenvolvimento e a compreensão que o ser humano pode afetar diretamente o meio ambiente (NEIMAN; RABINOVICI, 2010).

Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo analisar a visão do empreendedor ou responsável pelo empreendimento, sobre as vantagens e

limitações de implantação de ações ambientais na Rota de Turismo Rural denominada Pelotas Colonial.

2. METODOLOGIA

A Rota de Turismo Rural denominada Pelotas Colonial está localizada no interior do município de Pelotas, na região sul do estado do Rio Grande do Sul. A rota possui empreendimentos que oferecem serviços de hospedagem, alimentação, cultura, lazer, arte e educação ambiental (PELOTAS COLONIAL, 2018).

Durante o estudo foi utilizada a entrevista semiestruturada, onde foram obtidos pontos de discussão estabelecidos previamente, (ACEVEDO, 2009). A entrevista foi realizada com responsáveis por dez empreendimentos, dos quatorze em funcionamento no período da pesquisa, pertencentes à Rota Pelotas Colonial no ano de 2015. Na entrevista foi perguntado aos responsáveis dos empreendimentos quais pontos são vistos como vantagens e limitações na implantação de ações ambientais.

Os entrevistados são responsáveis pelos empreendimentos: Armazém Gruppelli, Cachoeira Paraíso, Cantina Ribes, Família Camelato, Pousada do Moinho, Sítio Águas Claras, Sítio Panamar, Templo das Águas, Trilha Jardim Espaço Arte e Vinhos Nardello. Devido à inviabilidade de encontro com quatro responsáveis faltantes (Cachoeira do Arco Íris, Chácara dos Pinus, Parque Nova Cascata e Pousada do Monte), foi utilizado esse número de entrevistas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na pesquisa realizada, cada responsável pelo empreendimento pode opinar em mais de uma vantagem e mais de uma limitação na implantação de ações ambientais. Os resultados obtidos podem ser verificados na Figura 1.

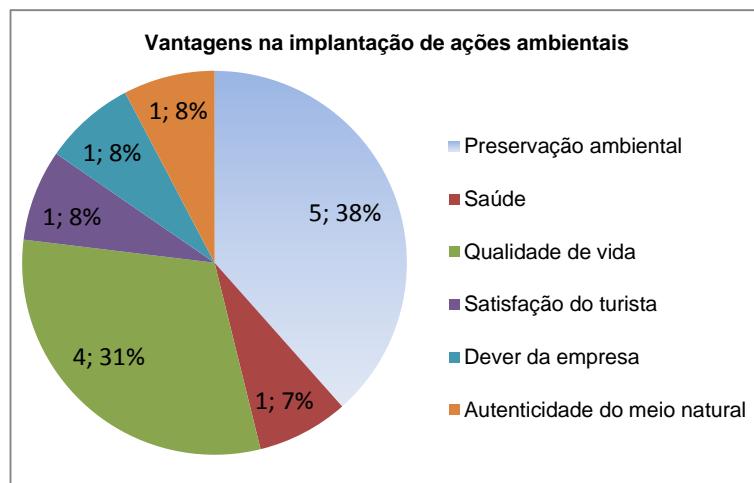


Figura 1: Números de respostas e porcentagem das respostas sobre vantagens na implantação de ações ambientais, 2015.

Cinco dos entrevistados acreditam que quando há a implantação de ações ambientais a preservação ambiental surge como uma vantagem, de modo que possibilitará o turista fazer uso do meio ambiente sem causar danos ao mesmo.

Apenas um entrevistado considera que a saúde é uma vantagem como consequência da implantação de ações ambientais. Quatro entrevistados admitem a qualidade de vida como uma vantagem decorrente da implantação das ações ambientais. Segundo CORIOLANO (2012), quanto maior a qualidade de vida, maior o processo de desenvolvimento. Uma pessoa acredita que a satisfação do turista é uma vantagem frente às implantação de ações ambientais, que pode ter como consequência avaliações positivas feitas para o empreendimento por ter uma preocupação ambiental. Uma pessoa considera que tal implantação como dever da empresa pode ser vantajoso. Um entrevistado admite que a autenticidade do meio natural seja vista como uma vantagem da implantação de ações ambientais, de modo que as características do local sejam mantidas.

As limitações existentes para a implantação de ações ambientais podem ser observadas na Figura 2.

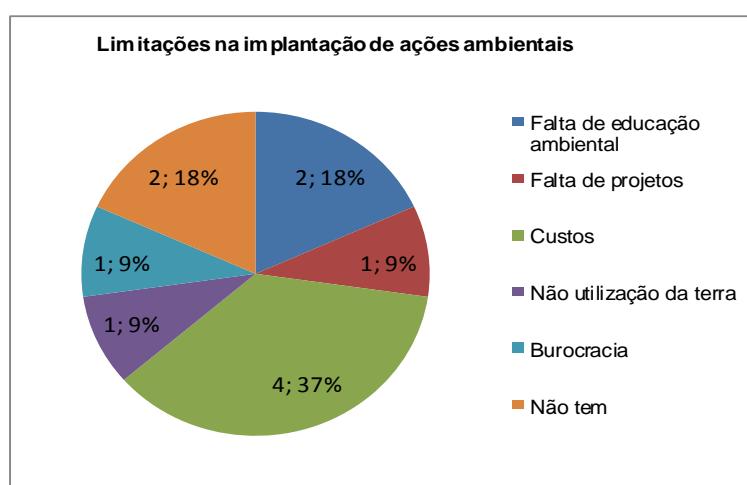


Figura 2: números de respostas e porcentagem das respostas sobre limitações na implantação de ações ambientais, 2015.

Dois entrevistados acreditam que a falta de educação ambiental atua como um fator limitante na implantação de ações ambientais. De acordo com RUSCHMANN (2012), existe a “cultura turística” onde os visitantes acham que não possuem responsabilidades de preservar a natureza do meio que visitam. Um entrevistado considera que a falta de projetos é um fator desfavorável na implantação de ações ambientais. Quatro entrevistados admitem que os custos sejam vistos como limitações na implantação de ações ambientais. Uma pessoa mencionou que a não utilização da terra pode atuar como uma limitação na implantação dessas ações. Um entrevistado acredita que a burocracia é um fator limitante na implantação de ações ambientais. Dois entrevistados afirmam que não existem fatores limitantes na implantação de ações ambientais.

Através desta análise pode-se observar que, apesar da preservação do meio ambiente ser primordial para o sucesso do empreendimento, há falhas na educação ambiental por parte dos envolvidos na adoção das ações. A educação ambiental favorece para um melhor entendimento do meio natural, em uma perspectiva interdisciplinar e levando em consideração sua natureza complexa, inserindo valores como cooperação, responsabilidade, solidariedade, entre outros (FAÉ, 2011).

4. CONCLUSÃO

Foi observada que a preservação ambiental foi considerada uma vantagem importante na adoção de ações ambientais, porém ainda faltam práticas de educação ambiental por todos os envolvidos na atividade turística. A lacuna dessas práticas, muitas vezes prejudica o ato de preservar o meio natural, devido a falta de entendimento sobre os recursos naturais e sobre os processos do ecossistema.

Assim, somente por meio do engajamento dos atores envolvidos (empresas, setor público e sociedade em geral), a educação ambiental poderá fazer parte da rotina de todos, melhorando a qualidade de vida, do meio ambiente e das localidades turísticas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO, C.R. **Monografia no curso de administração: guia** completo de conteúdo e forma. São Paulo: Atlas, 2009.

COOPER, C.; FLETCHER, J.; FYALL, A.; GILBERT, D.; WANHILL, S. **Turismo:** princípios e práticas. Porto Alegre: Bookman, 2007.

CORIOLANO, L. A contribuição do turismo ao desenvolvimento local. In: PORTUGUEZ, A.; SEABRA, G.; QUEIROZ, O. **Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local**. João Pessoa: Universitária da UFPB, 2012. Cap.4, p. 65-66.

FAÉ, L. V. **Educação Ambiental e Ecoturismo:** um estudo a partir das vivências e sensibilização ambiental dos visitantes do Ecoparque Sperry. 2011. 130f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lageado.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Rural:** orientações básicas. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Jurídico, Coordenação Geral de segmentação. 2º ed. Brasília: Ministério do turismo, 2010. Acessado em 28 de ago. 2018. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versao_Final_IMPRESSAO_.pdf.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. **Turismo e meio ambiente no Brasil.** São Paulo: Manole, 2010.

PELOTAS COLONIAL. **Bem vindo à nossa Colônia.** Acessado em 28 de ago. 2018. Online. Disponível em <http://www.pelotascolonial.com.br/>.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável.** São Paulo: Papirus Editora, 2012.